

A EDUCAÇÃO FEMININA À LUZ DA MISSÃO EDUCATIVA DA IGREJA CATÓLICA: AS IRMÃS BENEDITINAS DE TUTZING EM SOROCABA

THE WOMEN IN THE LIGHT OF THE EDUCATIONAL MISSION OF THE CATHOLIC CHURCH EDUCATION: BENEDICTINE SISTERS OF TUTZING IN SOROCABA

Calil de Siqueira Gomes¹
Jane Soares de Almeida²

Resumo

Este artigo busca resgatar a condição histórica das mulheres marcada pelo domínio masculino, sob a perspectiva da educação feminina dentro de um colégio religioso beneditino na cidade de Sorocaba. Com o advento do catolicismo *ultramontano*, criou-se um ideário de que as mulheres seriam as responsáveis pela edificação da nação brasileira, tendo a vocação de boas educadoras e mães, totalmente reclusas ao espaço privado. O fio condutor perpassará pelo cotidiano das mulheres que estudaram no colégio Santa Escolástica em Sorocaba em sua educação moral, cultural e profissional.

Palavras-chaves: Educação feminina. História das Mulheres. Igreja Católica.

Abstract

This article seeks to rescue the historical condition of women marked by male dominance, from the perspective of women's education in a Benedictine religious school in the city of Sorocaba. With the advent of ultramontane Catholicism, created a mindset that women would be responsible for construction of the Brazilian nation, having the vocation of good teachers and mothers, totally secluded private space. The thread thread through the life of women who studied at St. Scholastica College in Sorocaba in moral, cultural and professional education.

Key-Words: Female Education. Women's History. Catholic Church.

1. Introdução

E, segundo Inácio Filho e Rossi (2009, p. 554) nas primeiras décadas da República, pouco mudou quanto à educação feminina, e “certas características foram perpetuadas, como o baixo nível da educação feminina, defendidos em nome das necessidades morais e sociais

¹ O autor é doutorando em Educação pela Universidade de Sorocaba. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Sorocaba (2008), com Pós-Graduação (lato sensu) em Metodologia de Ensino em História e Geografia numa perspectiva regional pela Universidade Metodista de São Paulo (2007).

² A autora é doutora em História e Filosofia da Educação pela USP-SP (1996), professora Titular IA no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo, de 2004 a 2010. Atualmente, é membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UNISO e líder do GEHE - Grupo de Estudos de História da Educação - Universidade de Sorocaba-SP.

de preservação da família”. Uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre os homens e as mulheres, perpetuou essa imagem com o intuito de manter a supremacia masculina:

O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita (INÁCIO FILHO; ROSSI, 2009, p. 557, apud SAFFIOTI, 1976, p. 206).

Para a Igreja Católica, vista como educadora natural, a missão de educar fazia parte de um fim maior que era a propagação da fé. O desenvolvimento de escolas católicas femininas possibilitou vislumbrar uma educação escolar para as mulheres. A educação feminina nas escolas confessionais ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo).” (MANOEL, 1996, p. 86). “As escolas católicas tornaram-se estratégias ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano, com objetivo de centralizar e aprofundar o controle da Igreja Católica na sociedade”, constituindo, juntamente com outras instituições religiosas, como asilos, creches, bem como o trabalho catequético em geral “canais privilegiados, através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas”. (INÁCIO FILHO; ROSSI, 2009, p. 557, apud ROSADO NUNES, 1986, p. 199).

As constantes crises entre Igreja e Estado encontraram seus reflexos na educação e, precisamente, nas escolas públicas. Os debates sobre o ensino religioso assumiam diferentes proporções ideológicas entre a laicidade e o confessionalidade do ensino. O que trazia à tona as diversas maneiras pelas quais a escola operava ou reproduzia os interesses de determinado grupo, neste caso, a Igreja e o Estado. A Igreja, na tentativa de consolidar-se diante do novo regime, procurou defender a fé católica, sob a perspectiva de uma reforma moral através da religião. Por isso, a Igreja se empenhou tanto pela conquista do ensino religioso no espaço escolar. Afinal, a educação, vista pelos liberais foi considerada a alavanca do progresso, não seria diferente para a Igreja olhá-la como principal alvo para a sua restauração.

2. Razões histórico-religiosas da chegada das Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing em Sorocaba

É notório que Sorocaba em 1900, no advento da industrialização, adentrou-se à modernidade, expandindo o comércio, superando a feira dos muares, a agricultura de subsistência e os serviços de maneira extraordinária transformando o homem urbano no centro das atenções. A conclusão que se chega é de que não bastaria educar somente os filhos, mas educar as filhas passaria a ser uma necessidade urgente, todavia, um ideário ainda negado pela Igreja Católica. Como educar as mulheres, dentro da modernidade, sem corromper-lhes os costumes? Uma das alternativas era a implantação de um colégio religioso?

Segundo Menon (2000), inspirando-se nas crônicas “*Ora et labora*”³, em virtude desse fato, o anseio da instrução feminina nos moldes católicos, o Arquiabade Dom Geraldo von Coloën pediu, em 1900, à Congregação das Beneditinas Missionárias de Tutzing, algumas religiosas que pudessem vir à missão brasileira. Em 1903 chegariam as primeiras irmãs alemãs designadas para trabalharem em Olinda. O plano bem estabelecido pela província beneditina era de formar um núcleo em Quixadá, e assim as irmãs receberiam as missões para outras localidades. Para a consolidação desse projeto vieram em 1905, da Casa Mãe, na Alemanha, oito Irmãs. Mas, ao chegarem a Olinda, encontraram sérias restrições para a sua fixação, em virtude dos escassos meios de subsistência existentes, o que tornava impossível o aumento da comunidade.

[...] Isso dava a Sorocaba, lugarejo pacato e amortecido a maior parte do ano, o aspecto animado e intenso de um grande centro bulhento e agitado. Enchiam-se as suas numerosas hospedarias; nas ruas e praças debatiam-se e se fechavam as transações; era um trânsito ininterrupto de homens de negócio e animais, que à noite dava lugar a não menos animadas diversões, em que o jogo, a bebida e a prostituição campeavam neste ajuntamento fortuito de tropeiros, mercadores, mulheres e aventureiros de toda classe, estimulados pelo lucro ou pelo deboche. (GONÇALVES; GONZÁLEZ, 2007, p.193 apud PRADO JUNIOR, 1972, p. 237).

Segundo Menon (2000) deste modo, em Sorocaba ofereceu por três anos, a então Priorisa Geral, Madre Birgitta Korff, “o Mosteirinho, que ficava nas dependências do

³ *Ora et Labora*: síntese da Regra de São Bento (Regula Sancta) que tem como finalidade suprema a perfeição religiosa do monge.. *Ora et labora* é uma crônica feita por ex-alunas em função da celebração dos 50 anos do Colégio Santa Escolástica em 28 de setembro de 1955.

Mosteiro da então pequena cidade industrial de Sorocaba”. E, desde o falecimento de Frei Baraúna, estava desabitado e entregue aos cuidados do capelão das Irmãs Enclausuradas da Congregação de Santa Clara, Pe. Luiz Augusto Scicluna.

Para formar a primeira comunidade em Sorocaba, foram escolhidas as “Ir. Alfonsa Kellenberger (Superiora), Ir. Ermentrudis Helman, Ir. Anastacia Tepest, Ir. Menodora Vesper, Ir. Regina Eiselle, Ir. Lioba Schledorn. Madre Priora Geral Birgitta, Ir. Alfonsa e Ir. Lioba chegaram a Sorocaba, no dia 28 de setembro de 1905. Aqui chegadas, enfrentaram uma série de dificuldades. A primeira delas foi com relação à comunicação. Apesar de algumas já estarem no Brasil desde 1903, o domínio da língua portuguesa era precário. Para resolver em parte o problema, tiveram como professora uma ‘senhora alemã-portuguesa que aqui residia’ Aliado a essa fato, os costumes da nova terra e a epidemia de tifo de 1905 atingiram as Irmãs, mal-acostumadas ao clima subtropical. (MENON, 2000, p. 263).

Enquanto se preparavam para abrir a escola, “plantavam os primeiros legumes para a cozinha, bordavam os paramentos e confeccionavam a roupa da Igreja para os beneditinos de São Paulo e do Rio. Algumas Irmãs davam aulas particulares.”⁴ Outras faziam trabalhos de costura e consertavam roupas para os quais a Madre Afonsa tinha um jeito especial; e desta forma chegavam muitas encomendas. Às vezes uma ou outra trabalhavam de 17 a 19 horas por dia. Um pequeno semi-interno viu um dia, que as Irmãs compravam, na portaria, duas garrafas de leite. O pai desse menino era médico e tinha em casa algumas vacas; então o menino pediu à mãe para mandar diariamente duas garrafas de leite, até que um dia, o pai deu de presente às Irmãs uma vaca com o seu bezerrinho. Todavia, o maior problema era subsistência das religiosas, que naturalmente passavam por sérias privações.

Os colégios religiosos tinham explicitamente a sua pedagogia educacional e que poderiam, então, ser entendida como um trabalho de formação daquilo que é um tipo de “habitus” (BOURDIEU, 1989, p. 59), cujo efeito deveria acarretar a produção e reprodução dos valores, comportamentos e atitudes por ela preconizados. Ao fixarem uma autoimagem que combina tradição, autoridade e influência, estariam reforçando o seu próprio sentimento de prestígio em relação aos outros estabelecimentos de ensino e, também, contribuindo para o estabelecimento do “ethos” católico em seu público escolar.

Segundo Aluísio Almeida (1965, p. 06), após a inauguração do Colégio Santa Escolástica, logo se percebia que o local não comportaria uma escola. “Dom Miguel

⁴ Segundo Og Natal Menon (2000), isso faz parte de uma entrevista com Ir. Cecília, então priora em 1997.

presentiu o crescimento da escola e sentiu a impossibilidade do local em que se encontrava”. Procurou então, Dom Duarte, Arcebispo de São Paulo, para tratar de uma grande casa pertencente à Cúria. Era o antigo solar dos Lopes de Oliveira, localizado no Largo do Rosário, e que fora Colégio Diocesano. Em 1900, transformou-se em hospital, atendendo ao grande surto da febre amarela. Mais tarde, com os padres Agostinianos, tornaram-se Colégio Nossa Senhora da Consolação. A Arquidiocese de São Paulo também a ocupara como casa de férias dos Seminaristas. Através do consentimento para vender, Dom Duarte auxiliado por Dom Miguel, as Irmãs Beneditinas Missionárias adquiriram, em 1907, o prédio e a Igreja do Rosário por 30 contos de réis, tendo a transferência das propriedades se efetivado em 18 de janeiro de 1908.

Segundo Menon (2000), a instalação e o funcionamento das primeiras atividades do Colégio Santa Escolástica aconteceram no 1º de agosto de 1906, onde estavam 10 alunas “das melhores famílias” matriculadas no curso primário, terminando o ano, em 1906 com 15 alunas.

Chegou o primeiro piano oferecendo o Colégio aulas de música e de trabalhos manuais. A 1º de fevereiro de 1907 iniciaram-se as aulas com 18 meninas e 5 garotos divididos em 3 classes. Neste ano iniciava-se também o semi-internato e em 1908 o internato. Em março deste mesmo ano começaram as aulas de Francês. O ano escolar de 1908 iniciou com 3 boas classes de meninas e 1 de meninos. (MENON, 2000, p. 266).

Para Menon (2000, p, 265), “a população de Sorocaba ajudou as irmãs beneditinas na sustentação do Colégio”. Muitas famílias encaminharam suas filhas. Os principais sobrenomes das alunas que frequentavam as aulas em 1909: Machado, Costa, Rogick, Oliveira, Salerno, Carvalho, Arens, Lichtenfels, Bauer, Grillo, Silveira, Kenworthy, Stabile, oriundas da oligarquia sorocabana que seguiam piamente a educação ultramontana, à luz de profundos ideários de se tornaram as boas esposas e mães.

Pesquisando as fontes primárias, encontra-se no Jornal Cruzeiro do Sul de 22 de outubro de 1908, o seguinte destaque - Colégio Santa Escolástica. Internato para meninas. Dirigido pelas Irmãs Beneditinas de Sorocaba. Este estabelecimento, situado numa das mais salubres cidades do sul do Estado, tinha por fim “ministrar à juventude feminina educação religiosa, científica e litteraria, segundo os sãos principios catholicos”.

Chamamos a atenção dos interessados, para o annuncio do Collegio Santa Escolastica publica hoje, noutra parte desta folha. Acendendo a um delicado convite das Irmãs Beneditinas, tivemos ocasião de visitar, há dias, esse importante estabelecimento de ensino. A primeira cousa que nos chamou, desde logo, a atenção, foi o esmero no tocante a medidas hygienicas. (CRUZEIRO DO SUL, 1908, p. 02).

Contendo “habilitado corpo docente e provido de todas as condições materiaes necessarias a um estabelecimento de ensino”, pois funcionava em “vastissimo predio rigorosamente adaptado ao fim a que ora se destina, este collegio offerece reaes vantagens aos senhores chefes de familia que desejam proporcionar as suas filhas uma solida educação”.

Do currículo constavam ‘Doutrina Christan, leitura, calligraphia, arithimetica, geometria, algebra, historia natural, historia patria e Universal, phisica e chimica, linguas portugueza, franceza, ingleza e allemã, gymnastica, desenho, pintura, trabalho de agulha e Musica (canto, piano e violino)’. Não aceitava para o internato ‘alumnas maiores de 13 annos’. (CRUZEIRO DO SUL, 1908, p.02).

O currículo foi elaborado em função da educação das meninas. É fácil perceber que as famílias mais privilegiadas é que enviavam as suas filhas para receberem uma formação sólida. Já à época, em 1908 o jornal **O Cruzeiro do Sul**, noticiava em suas páginas a importante referência sobre o colégio religioso. A anuidade era de “600\$000 pagos em duas prestações e a joia da entrada 40\$000”. O ensino das matérias facultativas (piano, violino e inglez) deveria ser pago à parte. E dava como referência o “Mosteiro de São Bento-SP”.

As aulas abrir-se-hão no dia 7 de janeiro. Envia-se prospectos a quem os pedir às Irmãs Benedictinas. Collegio Santa Escolastica. Refferencias em São Paulo Mosteiro de São Paulo. Até 22-12 (CRUZEIRO DO SUL, 1908, p.03).

Em 1910, o Curso de Música, estruturado oferecia muito bom ensino. Em 1912, embora, ainda, a situação financeira fosse um tanto precária, fundava-se o Externato São Miguel, noturno para as mulheres domésticas e operárias, totalmente gratuito e que começou com 35 alunas, em 1913 estendia-se essa atividade também para as meninas pobres.

Melhoramento indiscutível para a família sorocabana, o Collegio Santa Escolastica também aproveitará, de ora em diante às famílias de fora, com o seu novo internato a reabrir-se proxivamente conforme o annuncio (CRUZEIRO DO SUL, 1908, p.02).

A educação católica feminina tinha como estratégia a divisão do ensino em dois segmentos: o instrumental e o educacional. O instrumental introduzia a educanda no mundo

do conhecimento e da descoberta do saber, intimamente relacionado ao lado humano. O educacional tinha por tarefa moldar o caráter da aluna conforme os preceitos e valores morais católicos, levando-a a absorver esses preceitos através da prática da virtude, da leitura das sagradas escrituras e dos exemplos positivos da vida dos heróis da história. Essa prática tinha por objetivo formar crianças cultas, sociáveis, respeitadas, mas principalmente, católicas convictas, que transmitissem à família e à sociedade os valores propugnados pelo catolicismo conservador.

No início, a escola funcionava das 11h às 15h30min. Por muitos anos até 1943 as aulas eram em período integral, o semi-internato iniciava às 08h00 da manhã as suas atividades. (MENON, 2000, p. 265).

Horário	Atividades
06h30	Ginástica
07h00 às 11h00	Sala de Aula
12h00 às 15h30	Sala de Aula

Com o aumento da clientela estabeleceu-se dois turnos diurnos e um noturno. O corpo docente era formado, até 1910, por Irmãs alemãs, depois vieram as francesas e por último, as brasileiras. As professoras se revezavam no ensino. Com as classes formadas para duas séries ao mesmo tempo, 1ª e 2ª séries, 3ª e 4ª séries, havia professora para a Língua Portuguesa, para o Alemão, para o Francês, para a Música e, excepcionalmente, para as aulas de Religião, algum padre ou monge. Com as alunas sentadas em carteiras duplas, as aulas com duração de uma hora cada, corriam através da decoração das lições, que eram tomadas semanalmente. O ensino da leitura seguia o método analítico, semelhante ao da escola pública. O livro didático era utilizado em quase todas as disciplinas: Português, História Natural, História do Brasil, Geografia, Alemão, Francês, Aritmética, Geometria. Não havia livro para Química, Física, Desenho, Canto. As aulas de Caligrafia eram feitas em caderno pautado. As provas eram também mensais e o exame era anual, com a própria professora realizando-os.

Segundo Aldo Vannucchi (2013), Dom José Carlos Aguirre, no Anuário de 1926, já apresentava um breve histórico sobre o Colégio Santa Escolástica, dirigido pelas Irmãs Beneditinas de Tutzing (Baviera). Assim narrava: a 28 de setembro de 1905, sob a direção da priora Madre Affonsa Kellnbergen, chegaram as Beneditinas, que provisoriamente se

instalaram num prédio da Praça Frei Baraúna, nos fundos do Mosteiro São Bento, pelo preço de trinta e dois contos de réis, a Igreja do Rosário e os dois sobrados que funcionava o colégio Diocesano (que tinha sofrido incêndio e estava fechado, desde 1897), feitas as devidas reformas mais urgentes, a 7 de julho de 1907 abriram a casa Provincial no Brasil e o anexo Colégio Santa Escolástica, que tem funcionado até hoje. O destaque feito por Dom Aguirre é a informação que o Colégio possuía internato e externato, jardim de infância, escola de comércio, cursos de música, pintura, costura, bordados, línguas. O externato São Miguel com das escolas gratuitas, diurna e noturna para alunas pobres, empregadas e operárias.

3. A responsabilidade das mulheres na formação cultural e educacional

Era forte o anseio da restauração da sociedade brasileira. A hipótese foi de que as mulheres seriam as protagonistas dessa transformação, uma vez que mais dóceis, trariam os seus maridos ao seio da Igreja novamente. Era necessário encontrar uma identidade, “uma busca de equilíbrio” (DEL PRIORE, 1997, p. 105) com as suas influências cósmicas. E como já tinha dito Norberto Bobbio, a revolução das mulheres foi a mais importante do século XIX e XX, pois elas mantiveram a retaguarda e assumiram pouco a pouco os ofícios que era predominantemente reservado aos homens. Fator essencial disso são as mulheres nas fábricas, nos escritórios, nas universidades, passo a passo vão assumindo suas lutas abrindo espaços novos. É oportuno realçar que as mulheres vão superando o grande mito freudiano “o que querem as mulheres?” De fato, elas não queriam ficar simplesmente caladas e submissas. “O grande desejo é melhorar o país, sem perder a doçura e muito menos o humor”. (TELLES, 1995, p. 672). Neste período as mulheres eram classificadas em moças de família e ou moças levianas. As primeiras eram garantidas o privilégio de gozarem de todos os direitos, o respeito social, o casamento modelo e uma vida de “rainha do lar” e isto tudo seria negado às levianas.

A sociedade era severa em relação aos princípios morais, assim as mulheres deveriam manter-se virgens até o matrimônio, enquanto que aos rapazes eram permitidas as experiências sexuais, sendo às vezes com as prostitutas. Inconcebível a ideia das boas moças se desviarem do caminho, assim a vigilância da moral sobre elas se faziam extremamente necessárias. Ou seja, os papéis e as funções tradicionais permaneciam bastante nítidos. Ao final do século XIX a Igreja passou por profundas transformações, ela estava totalmente

desorganizada, fraca e com pouca capacidade de influência política face aos desafios religiosos e culturais, os mais diversificados possíveis, indígenas, africanas e europeias. A escassez do clero fazia urgir a ação de homens leigos construindo um catolicismo “popular”, criando dois núcleos de organização e transmissão das crenças pelas irmandades ou confrarias que se responsabilizavam pela educação religiosa familiar e as mulheres ajudavam na formação do espírito religioso de seus filhos e filhas. (ROSADO NUNES, 1997, p. 490).

Com essa problematização, tais ideários atendiam às necessidades da oligarquia sorocabana que, naquele momento, não desejava ceder às exigências da modernidade, preferindo entregar suas filhas à educação católica conservadora. Do projeto educacional *ultramontano* fazia parte a educação das meninas que, posteriormente, seriam educadoras de seus filhos e de toda a sociedade, de acordo com as determinações da doutrina católica conservadora.

O Colégio Santa Escolástica foi introduzido em Sorocaba pelas Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing e oferecia a proposta pedagógica, não como produto de coincidências ou de forças a-históricas, mas de planos bem elaborados ao longo dos anos e colocados em prática em escala mundial. Tratava-se *a priori* para a Igreja Católica, de um processo em desenvolvimento para recuperar um lugar central na sociedade, de modo a evitar o perigo de sua destruição institucional, como foi tentado na França na época da Revolução Francesa. Utilizavam-se, para isso, como linha de frente, os seus membros mais preparados e, talvez por isso, os mais conservadores. Era preciso manter a hegemonia do catolicismo *ultramontano*, preparando intelectualmente os meninos e as meninas ou em última instância a doutrinação popular.

O internato, ao contrário do que podia parecer, não substituiu o externato e o semi-internato, mas configurava o caráter elitista e conservador. Todavia, o externato e semi-internato permitiam receber alunas de todas as classes sociais, entre eles os mais pobres. Outrossim, o internato só recebia educandas da classe mais rica, oriundas das oligarquias cafeiras, destinadas a formarem a nova sociedade, pois, pagavam por seus estudos.

Consta-nos, com bons fundamentos, que, em breve, assumirá o exercício da cadeira de português do Collegio Santa Escholastica, desta cidade, o sr. Major Arthur Gomes. Fazemos votos pela confirmação dessa consta, porquanto seria uma esplêndida aquisição daquele estabelecimento, com a qual muito lucrarão as alumnas; pois encontrarão na pessoa daquele estimado educador, a par de um coração magnânimo e de sentimentos

nobres, em espírito lucido e profundo conhecedor da matéria. (CRUZEIRO DO SUL, 1909, p. 02).

Com relação ao aspecto físico da escola, os altos muros tinham como significado não permitir nem a saída das alunas nem a entrada do mundo exterior, seja de pessoas não autorizadas, seja de outras formas de invasão. De acordo com Manoel, (1996) as grossas paredes e os altos muros do colégio interno desempenhavam uma dupla função: não permitir nem a saída das alunas nem a entrada do mundo exterior, seja na forma de pessoas não autorizadas, seja na de leituras proibidas, ou de correspondência, toda ela censurada, de forma a garantir “a formação de um alicerce religioso, sobre o qual se reconstruiria uma sociedade segundo os critérios e propostas da igreja conservadora: uma sociedade católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, antimoderna, antiliberal, antifeminista”. (MANOEL, 1996, p.52).

Os costumes nos colégios religiosos se diferem de outras instituições escolares em geral, pelo uso de uniformes diferenciados. Sobre esta questão, a importante colaboração de Guacira Louro (2002) sobre o modo de se trajar era maior discricção possível, viver segundo os critérios de pureza e dignamente, nisto se compunha os elementos estéticos e muitas das vezes éticos, determinantes na vida social. A necessidade de contribuir para a preservação dos “bons costumes” e da “moral” das alunas era marcante nas normas de funcionamento do colégio Santa Escolástica, assim havia regras em relação ao modo de se comportarem e de se vestirem. As meninas do primário tinham que usar a “combinação”, uma roupa de baixo, as freiras não marcavam, mas um dia elas faziam vistoria e todas deveriam usar a “combinação” e, se alguma aluna estivesse sem, automaticamente era “punida” a levar bilhete para os pais. Outra questão relevante e rígida era o uniforme. Naturalmente, se media o tamanho e o comprimento da saia quando se ajoelhava. Outro detalhe pertinente é que não entrava na sala de aula sem o devido uniforme. Não era permitido nenhum adereço ou ornamentação na beleza feminina, se viesse portando esmalte, imediatamente com a acetona era retirado, assim da mesma forma se estivesse com batom. Qualquer ato de indisciplina recebia em seus registros um carimbo, que marcava negativamente a passagem das meninas pelo colégio religioso.

Construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados e combinava-se com a exigência de uma postura discreta e digna. O mesmo valia para as professoras: como modelos das estudantes, as mestras deveriam

também se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal. (LOURO, 2002, p. 461).

Era necessário afastar-se do mundo, não ter nenhum contato, e, resguardados pela arquitetura dos colégios que possuíam os muros altos, com horários rígidos, as constantes exigências de silêncio nas salas de aulas ou corredores, a vigilância imperante, a rigidez em relação à preservação da moral e dos bons costumes, caracterizando um mundo misterioso que abrigava várias personagens reservando-lhes uma vida à parte e de certa forma controlada.

O interesse da Igreja no campo da educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Elas conquistaram espaços sociais cada vez maiores, seus efetivos se multiplicaram e, enfim, a vida religiosa feminina solidificou suas raízes em nosso país. Na Segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil: das 4600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enorme prestígio. (ROSADO NUNES, 1997, p. 497).

Nesse recinto todo especial, as alunas eram colocadas em contato com os preceitos da doutrina católica, viam entrelaçar o cotidiano exterior com o interior, onde uma sucessão de fatos e convenções religiosas construía o seu tecido cultural, tendo como referência devoções diferentes daquelas a que estavam habituadas, advindas da religiosidade brasileira e portuguesa. Era agora festividades do Sagrado Coração de Jesus, da Imaculada Conceição, de São José, da Anunciação, da Primeira Comunhão.

A Igreja protege para melhor controlar a mulher [...] interessada em construir famílias onde o papel da mulher fosse o de instruir e educar os filhos cristãmente, a fim de propagar os ideais do catolicismo, a Igreja contribui para formar uma sensibilidade mais aguda em relação à maternidade e à infância, tanto no mundo da afetividade quanto no do saber. (DEL PRIORE, 1998, p. 56-57).

Segundo Menon (2000), as meninas retiradas de seu meio social familiar estariam sujeitas a um conjunto de normas e preceitos educativos planejados pelo *ultramontanismo*, consolidando o projeto estabelecido para a construção de uma base religiosa sobre a qual se levantaria, segundo os princípios da Igreja (conservadora), uma sociedade católica obediente aos ditames da moralidade, e num crescente de forma deliberada e planejada, o projeto educacional do Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Miguel Kruse, alimentado por uma

visão de mundo provinciana, antiliberal e antimoderna se mostrava pertinente às conveniências da sociedade.

Confirmando o consta que inserimos em um dos ultimos numeros de nossa folha, sabemos que o provector professor sr. Major Arthur Gomes, começou, hontem, a leccionar portuguez no importante collegio de meninas, cujo nome nos serve de epigraphe, o qual é dirigido pelas conceituosas Irmãs Benedictinas. (CRUZEIRO DO SUL, 1909, p. 02).

Os colégios religiosos para as mulheres com seus internatos é uma prática pedagógica que remonta suas origens nos mosteiros e escolas monacais da Idade Média, onde as pessoas se afastavam do mundo a fim de resguardar sua espiritualidade. Um lugar isolado das tentações mundanas seria a saída para que as crianças pudessem proteger-se de suas inclinações naturalmente pecaminosas. Apoiava-se na ideia de que a criança, por ser naturalmente inclinada ao mal, deveria ficar isolada num local onde a alma fosse ensinada a vencer o pecado. Apoiava-se também na concepção de que a modernidade traria ao ser humano a degradação da própria existência. Desse modo, ao terminar os estudos, as meninas estariam fortalecidas e prontas para combaterem o mal e pregarem o catolicismo por toda sociedade. Por serem as mulheres presas fáceis do mal, deveria sofrer uma constante vigilância. Nesse sentido,

Cada passo era medido, estipulado por um conjunto de regras destinadas a modelar a mulher que, além dos ornamentos culturais, da polidez, portasse a marca indelével da educação conservadora. Por isso gestos, comportamentos, linguagem, tudo era vigiado, controlado, moldado [...] Se o fundamental dessa educação era o desapego das “coisas mundanas”, as próprias amizades eram postas sob suspeita – o internato não tolerava, e não tolera as chamadas “amizades particulares”, possibilidade de se construir um universo de intimidades fora do controle da autoridade, em que as confidências, os sentimentos, planos e até mesmo as críticas pudessem estar além do alcance dos olhos e dos ouvidos dessa entidade semi-abstrata (sabe-se que ela existe, embora invisível) chamada Regras. (MANOEL, 1996, p. 78).

Destaca-se dessa forma a “luta política” tão bem trabalhada e reforçada por Bourdieu (1999) e os “poderes” conquistados, por meio da “resistência das mulheres”, bem elaboradas em Perrot (1988, 1991), demandam construções cognitivas que poderiam direcionar-se para o enfrentamento de toda e qualquer forma de dominação ou hierarquia também no espaço da escola. Poderia então, educação ser um produto da ideologia de seus promotores?

Existiu um alerta para a capacidade de resistência à dominação e ao poder patriarcal. Verificou-se que as mulheres passariam a ocupar maior espaço na vida social e política, exigindo a igualdade de direitos, em meio à persistência da violência simbólica, desconstruindo “as verdades de fato” (ARENDR, 1993). Mesmo assim, “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder.” (PERROT, 1991, p. 503).

Na preocupação e tentativa de emancipação feminina, de alavanca do progresso, do ser restauradora dessa sociedade, Vânia Boschetti (2007) esclareceu que era forte o apelo dos colégios católicos dentro dos paradigmas do continuísmo nas entrelinhas do pensamento da oligarquia sorocabana e da Igreja Católica, que estavam em situações precárias de vivenciarem o catolicismo eurocêntrico, *ultramontano*. Assim, fazia-se necessário instaurar a educação feminina à luz da moral cristã, dos bons costumes e afugentar-se de quanto pudesse dos temores dos “tempos modernos”. O Colégio Santa Escolástica difundiu na cidade de Sorocaba o rigor educativo oferecido pela Regra de São Bento, que incutiria de maneira direta no trabalho beneditino, e de maneira indireta na formação das meninas das “melhores famílias” enquanto futuras educadoras e futuras senhoras da sociedade, estabelecendo um caráter elitista reconhecido por todos e mantido, não sem certo orgulho, pela coletividade. Mesmo numa análise ligeira, a escola beneditina, concretizava desde seu início, uma síntese do que significou a importância da Igreja e da família na esfera da educação.

A ação educativa do (*Colégio*) Santa Escolástica na cidade de Sorocaba pode ser entendida num tempo contínuo e descontínuo, como categoriza Léfrèbvre. Primeiramente, cresce a partir de um marco zero, ou seja, a chegada das beneditinas à cidade em 1905, a pedido de Dom Miguel Kruse, prior do Mosteiro São Bento em São Paulo. Posteriormente, fragmenta-se em tempos divididos, destinados a várias atividades como: preparação de novas religiosas do juvenato aos votos perpétuos, catequese, sistema de internato, semi-internato, Escola de Aplicação (Externato São José) para alunos carentes, escola aberta para alunos externos dos antigos Jardins de Infância ao Curso Normal e Conservatório Musical (este como atividade paralela oferecida às famílias que pretendiam estudo de piano, violino e flauta doce para seus filhos). Algumas irmãs ainda davam aulas particulares de alemão e outras, orientavam senhoras da sociedade na Obra dos Tabernáculos, destinada ao bordado dos paramentos e roupagem eclesiástica. Como instituição educativa, confessionalmente católica, foi oficialmente reconhecida em 1918. O Colégio, em seu maior tempo, foi escola feminina ou predominantemente feminina. (BOSCHETTI, 2007, p.08).

4. Na virada do século XIX ao início do século XX: a crise modernista.

Segundo Caldeira (2009, p. 24), o projeto *ultramontano*, além do desenvolvido em seu âmbito institucional, pode ser visualizado, para efeito de análise, a partir de duas frentes: a primeira no que diz respeito ao liberalismo em meados e até o final do século XIX; a segunda por meio das reações polares que se processaram no catolicismo frente à relação das novas descobertas científicas e as verdades da religião no final do século XIX e início do XX, originando a conhecida *crise modernista*. Com a modernidade e suas novas possibilidades cognitivas, o dossel teria se fragmentado e o indivíduo passado a se defrontar com múltiplas formas de ler a realidade. Valle (1993, p. 13) chama a atenção para o viés subjetivo do período moderno. Segundo ele, a filosofia moderna prefere centrar-se no homem, esvaziando a síntese tomista Deus-Homem-Universo. A subjetividade ganha corpo com a *sola scriptura* e a *sola fides* de Lutero “com o racionalismo de Descartes, com o panteísmo de Espinosa. Os frutos da subjetividade são colhidos pela Ilustração do século XVIII”.

[...] o terreno da urdidura das ideias que vão, de alguma maneira, anunciando, manifestando ou justificando a emergência de novos padrões e paradigmas da *vida vivida* [...] e só se constitui como estrutura de um universo simbólico quando a Razão, no seu uso teórico explícito ou formalizado (*logos* demonstrativo), emerge definitivamente como instância reguladora do sistema simbólico da sociedade. (CALDEIRA, 2009, p. 26, apud VAZ, 2002, p. 13).

A romanização reforçava a ideia de que as mulheres deveriam ser submissas ao marido, não mais como uma serva, e sim como uma companheira fundamental na incorporação das normas *tridentinas* e na promoção da moralidade do espaço doméstico. Decorrente dessa ideia, na escala social dos poderes atribuídos a homens e mulheres, a elas cabia, na teoria, o domínio do espaço doméstico (tão importante no século XIX), lugar exclusivo no qual poderiam e, sobretudo, deveriam exercer o poder. Nesse sentido, poder-se-ia adiantar e dizer que muito daquilo que os padres escreveram sobre as mulheres foi fruto do que desejavam ver nelas – um suporte para a religião que começava a sofrer golpes importantes com a laicização do mundo. Era preciso destinar um lugar especial a elas que iriam ensinar aos novos homens, ajudando, portanto, na construção e na manutenção da ordem social.

Uma das reações mais visíveis em fins do século XIX foi a realização do Concílio Vaticano I, que estava inserido completamente no contexto de Romanização, uma vez que buscou reafirmar a tradição da Igreja e sua doutrina, apresentando assim declarações explícitas contra o materialismo, panteísmo e racionalismo. A respeito destes três pontos, considerados pela Igreja como contrários à fé, foi promulgada a *Constituição Dogmática Dei Filius* (Sobre a fé Católica) que deixou exposto em quatro capítulos a doutrina da criação, da revelação, da fé e da relação entre fé e razão, respectivamente. Vale ressaltar, que nesse período não existia em hipótese alguma a questão do diálogo, a resposta eclesial sempre seria a apologética, numa reação da Igreja contra a modernidade uma vez que nos quinze cânones posteriores os padres conciliares foram claros ao dizer que aqueles que não abraçassem tais exposições doutrinárias como verdade deveriam ser excomungados.

Dessa maneira, reafirmava-se a doutrina metafísica, contra todas as tendências materialistas debatidas no campo filosófico, eliminando as possibilidades de interpretação da teologia pelos conceitos kantianos (tempo e espaço)⁵.

Segundo Romano (1979) antes da consolidação da República outro pensamento que teve de relacionar-se com a Igreja foi o *Positivismo*, que acreditava num progresso possível para a sociedade brasileira através dos novos métodos científicos e o desenvolvimento do capitalismo, gerando assim a ordem da sociedade. Essa corrente de ideias nascia no século XIX no contexto pós-revolucionário francês. Isso implicava considerar a luta travada entre a velha e a nova ordem. Burgueses lutavam para manter seu poder de um lado, e de outro, os representantes do Antigo Regime, a aristocracia, lutavam por sua permanência na nova ordem social instituída. Foi nesse entrave que a burguesia passou de revolucionária para reacionária, uma vez no poder, a burguesia fazia de tudo para mantê-lo.

Os positivistas chegaram a erigir como requisito básico para a instauração da República, a ‘separação da Igreja do Estado [...] porque esta é a opinião corrente no seio da Nação’. Tanto quanto os liberais, eles jogaram contra a soberania espiritual da Igreja a ameaça da ‘opinião pública nacional’, como fonte idealizada do poder político. Concebia-se o divórcio entre a Igreja e Estado como cumprimento da legalidade laica e do seu direito natural, ou, nas palavras de Demétrio Ribeiro, positivista e ministro da Agricultura do

⁵ A Igreja tinha como ideário sua autopreservação, reafirmava-se neste momento de romanização o valor da união entre Estado e Igreja. Leão XIII em sua encíclica *Immortale Dei* (1885) defendia a submissão da sociedade, e que não declarasse guerra contra a fé.

Governo Provisório, tratava-se de ‘pôr a legislação escrita de acordo com a ordem natural da sociedade’. (ROMANO, 1979, p.120).

A Igreja Católica mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias permanecia dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Nesse contexto, a Igreja prevalecia com o maior número de escolas femininas. Os seus colégios, por não serem gratuitos, não possibilitavam o acesso às camadas desfavorecidas da sociedade. É fundamental e importante ressaltar que a sociedade desse período atribuía à educação um papel essencial, no sentido de que a escola era corresponsável pela boa formação das meninas. De acordo com “a concepção originária de educar – do latim *educare*, que significa endireitar o que está torto, concepção que justifica a adoção de métodos autoritários de enquadramento da infância e da adolescência” (Rago, 1985, p. 150), pois à escola era atribuído o papel de “formadora” do caráter de suas educandas. A educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)” (Manoel, 1996. p. 86). Diante dessa responsabilidade, a escola enfrentava o desafio de fazer desabrochar nas educandas qualidades essenciais à mulher, oferecendo às alunas um aparato de conhecimentos que a sociedade patriarcal considerava pertinente e apropriado para as meninas e moças das classes sociais economicamente mais abastadas.

Desta forma, o grande aliado das práticas educacionais era o internato, enquanto recurso pedagógico, pois, as crianças ficavam isoladas de todo o contato com o mundo externo, possivelmente não sendo contaminadas pelas más influências perigosas oriundas do liberalismo, bem como do positivismo, ou seja, a grande sombra do modernismo tão acentuado e ao mesmo tempo tão temido tanto pelas oligarquias quanto pela Igreja. O positivismo “*comteano*” fundamentava-se em um discurso conservador, uma vez que, buscavam nos vultos e heróis do passado os exemplos para a organização da sociedade, “conservar melhorando” era um de seus lemas. O caráter conservador é observado principalmente no discurso referente às mulheres. Considerando as mulheres responsáveis pela manutenção da moral e pela realização do culto privado, Comte impôs modelos de conduta feminina baseados na mentalidade patriarcal, formada ao longo da história da

humanidade. Neste contexto, as mulheres deveriam ser a “rainha do lar e o anjo tutelar de sua família” e, para atingir esses modelos, seguiria normas preestabelecidas pelo “catecismo positivista”, em que codificou todo o pensamento conservador em torno das mulheres. Era natural que as famílias mais privilegiadas deveriam buscar meios apropriados para livrar suas filhas de tal experiência e uma das formas mais viáveis era colocá-las nos colégios religiosos, em regime de internato, ficando isentas desse contato, principalmente durante os primeiros anos da juventude, as alunas seriam resguardadas das más influências e livres dos pensamentos negativos presentes nesse mundo externo. Aparentemente o *Positivismo* e a Igreja Católica opunham-se frontalmente.

O primeiro fundamentava-se em princípios científicos enquanto que o segundo em teológicos, mas nas questões relacionadas à família, propriedade e moral, ambos tinham discursos semelhantes. De acordo com Manoel: “o término do ciclo de estudos, as alunas teriam sido fortalecidas, de tal modo que ao voltarem para o “mundo exterior” não seriam corrompidas por ele, mas, ao contrário, deveria ser fortes o bastante para atuarem como focos de recristianização da sociedade”. (MANOEL, 1996, p. 77).

A romanização em território brasileiro começou a ganhar importância na questão religiosa, naturalmente os bispos faziam valer a autoridade do Papa em relação à do Imperador. E num período de laicização da sociedade, as atitudes da Igreja concentravam-se na tentativa de ganhar influências e conquistar o povo. Contra o racionalismo foi pregado uma religiosidade sentimental, como o culto ao Sagrado Coração de Jesus e práticas de piedade popular. Assim:

A luta entre Igreja e liberais no período anterior e logo após a instauração da República estabelece-se, pois, ao redor dos objetivos de conquista da opinião pública, [...] Enquanto a Igreja se refaz como Povo, lançando-se nas massas, com demonstrações públicas de piedade popular, reforçando os seus meios de divulgação de largo alcance, com a imprensa católica, os métodos modernos de catequese, as missões, os liberais jogam-se decididamente no domínio da imprensa, das escolas, da universidade, procurando estabelecer um campo laico ‘superior à massa’, criando uma linha política de produção das elites dirigentes (ROMANO, 1979, p. 107).

Era fundamental que as mulheres deviam ser as encarregadas de preservar as famílias dentro da ordem tradicional e de apresentar a nova composição do catolicismo reformado, tanto no espaço doméstico como também fora dele através de ações caritativas. Dentro desse cenário o ponto de maior convergência entre as duas doutrinas, a cristã e a positivista, era a

questão da organização da sociedade baseada na moral autoritária, que se transportava à educação familiar e se completava na escola. Em ambas, as mulheres eram as “guardiãs” da moral e do culto religioso, resultante da reprodução rotineira de seu cotidiano, onde são transmitidos os símbolos e signos de uma cultura. Para impor tal postura feminina era necessário que o positivismo interferisse diretamente na educação das mulheres e com isso, de maneira indireta direcionaria as relações e a estrutura familiar. E mesmo, em posições paradoxais, para as mulheres seguir a nobre missão de difundir a fé católica deveria possuir moral inspirada no modelo da Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, símbolo de mulher sem mácula que se dispôs a seguir os desígnios de Deus, sem nunca questioná-los.

As mulheres no pensamento da Igreja deviam enquadrar-se perfeitamente dentro do esquema de uma ordem social conservadora, reagindo fortemente contra as aspirações liberais. Dentro do processo do catolicismo romanizado, essas mulheres tinham a função – consciente ou não – de educar e preparar seus filhos segundo as tradições católicas, pois, esperava-se que no futuro esses fossem os prováveis dirigentes da sociedade e que, por sua vez, estivessem ligados à Igreja Católica. (AZZI, 1984, p. 13).

Inegavelmente, o que se percebe em ambos os discursos é a preocupação de salientar a imagem das mulheres como responsáveis pelas atividades da casa (mundo privado) e o zelo pela família; e o reforço do ideário “rainha do lar” e “anjo tutelar” e, na opção de trabalhar fora do ambiente doméstico, entraria numa desordem moral, onde não mais exerceria sua divina vocação para ocupar-se de atividades prescritas ao homem, indo contra sua natureza. Uma vez exposta às agruras do trabalho externo, ela e seus filhos seriam contaminados com os problemas que surgiriam, tais como a miséria, a prostituição e a desarticulação da família. Como resultado trariam desajustes às novas gerações e uma grande desordem social, prejudicial ao tão almejado progresso.

O positivismo se compõe essencialmente duma filosofia e duma política, necessariamente inseparáveis, uma constituindo a base, a outra a meta um mesmo sistema universal, onde a inteligência e a sociabilidade se encontram intimamente combinados. (COMTE, 1988, p.43).

Essa corrente de ideias nasceu no século XIX no contexto pós-revolucionário francês. Isso implica considerar a luta travada entre a velha e a nova ordem. Burgueses lutavam para manter seu poder de um lado, e de outro, os representantes do Antigo Regime, a aristocracia, lutavam por sua permanência na nova ordem social instituída. Foi nesse entrave que a burguesia passou de revolucionária para reacionária, o que significa dizer que, uma vez no

poder, a burguesia tentava mantê-lo. Augusto Comte, como homem do seu tempo, vivenciou tal embate. Nesse mesmo contexto, em um país não muito distante da França, dois outros pensadores teciam suas constatações acerca daquela sociedade em transformação.

Considerações Finais

Tratava-se, *a priori* para a Igreja Católica, de um processo em desenvolvimento para recuperar um lugar central na sociedade, de modo a evitar o perigo de sua destruição institucional, como foi tentado na França na época da Revolução Francesa. Utilizavam-se, para isso, como linha de frente, os seus membros mais preparados e, talvez por isso, os mais conservadores. Era preciso manter a hegemonia do catolicismo *ultramontano*, preparando intelectualmente os meninos e as meninas ou em última instância a doutrinação popular.

Era necessário educar sem comprometer a alma, a religiosidade e a moralidade da jovem. As alunas eram envolvidas pela atmosfera de religiosidade, devoção e piedade, de tal forma que essa religiosidade se incorporava à vida da educanda, no colégio e fora dele. Por essas razões, o programa de ensino desse colégio contemplava mais as matérias que pudessem reforçar a cultura e sociabilidade das alunas, juntamente com seu lastro religioso [...] essas mulheres educadas, polidas e cristãs convictas, estariam imprimindo seus valores a seu grupo social, concretizando, pois, não só um projeto católico de formação pessoal. (BENCOSTTA; CUNHA, 2008, p. 37-38).

O discurso vigente da implantação dos colégios confessionais católicos femininos ao se preocupariam de modo direto da educação feminina, na formação de mães e esposas, aptas ao desenvolvimento da nação brasileira em fins do século XIX, de 1891 e meados do século XX, até 1963, períodos determinados pelo *catolicismo ultramontano*.

E de maneira direta, por não representar um momento decisivo da luta burguesa para superar o mundo aristocrático e rural, mas significando um reordenamento da própria oligarquia ao redor de uma nova ordenação política, não provocou exclusões e eliminações, mas cooptações e inclusões na esfera religiosa e educacional. Dado esse significado, entende-se a relevância que a educação assume no contexto brasileiro, principalmente a partir dos últimos anos do século XIX, diante dos diversos conflitos entre Igreja e República, que diante de suas ideologias, desenvolveram seus modelos de escolas: o modelo de escola pública para uma nova estrutura de sociedade que estava firmando seus valores para o desenvolvimento. Ou, o modelo de escola confessional que atendia aos anseios reformadores da Igreja. Portanto,

a escola, através do seu discurso, conhecimento, prática e currículo, são importantes para legitimar qualquer que seja a forma de representação.

Deste modo, suscita-se uma nova hermenêutica, novos olhares em vista da emancipação das mulheres e de outros personagens que até então estavam invisíveis nas reconstruções historiográficas “em cada época, é preciso arrancar a tradição do conformismo, que quer apoderar-se dela” (BENJAMIN, 1996, p. 224). É bastante destacada por Olgária Matos (1997, p. 55), estudiosa da Escola de Frankfurt, a questão feminina de que “a oposição entre homens e mulheres é a história da dominação patriarcal”, em muitas vezes foi reforçado pelo capitalismo e que paulatinamente vai assumindo como “catástrofe irracional”. E o desenvolvimento das mulheres foi determinado e limitado pelas experiências próprias da sociedade antiga, feudal e burguesa, instituindo a priori essa dicotomia masculino-feminino. Esse “processo de masculinização da sociedade” tem segundo Marcuse (1981) uma história milenar.

Referências

- ABUD, Maria José; ROMEU, Sônia Aparecida. *A problemática da disciplina na escola: um relato de experiência*. São Paulo: EPU, 1989.
- AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira*. Aparecida: Santuário, 1984.
- ALMEIDA, Aluísio de. Instituto Santa Escolástica. *Jornal “Diário de Sorocaba”*, Ano VIII, nº 2.151, 23 nov. 1965. p. 06.
- BENJAMIN, Walter. *Magia, arte e política: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino; CUNHA, Maria Iza Gerth da. Educação feminina católica e educação masculina protestante no Brasil do século XIX: fragmentos de uma história institucional e cultural. *Educação & Linguagem*. ano 11, nº 18. 25-43, jul./dez. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOSCHETTI, Vânia Regina. *Ora et labora: a educação feminina em Sorocaba na perspectiva Beneditina*. Sociedade Brasileira de História da Educação. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo04/Vania/Regina/Boschetti/2007/Texto.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2014.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo*. Catecismo positivista. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).

DEL PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade*. São Paulo. Contexto, 1998.

_____. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

GONZÁLEZ, Jorge Luiz Cammarano; GONÇALVES, Júlio. Escola, política e poder local: antecedentes do primeiro ginásio público de Sorocaba. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n.27, p.179 –199. Set. 2007.

CRUZEIRO DO SUL. Anno VI. nº 766, 22 de outubro de 1908.

_____. Anno VI. nº 907, 16 de abril de 1909.

_____. Anno VI. nº 940, 25 de maio de 1909.

INÁCIO FILHO, Geraldo; ROSSI, Michelle Pereira da Silva. As congregações católicas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: educação feminina (1889-1940). *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 38, p. 553-566, set./dez. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina, 1859-1919: uma face do conservadorismo*. São Paulo: Edunesp, 1996.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MATOS, Olgária Chain Féres. *História Viajante: notações filosóficas*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

MENON, Og Natal. *A educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. DUBY, George. *História das mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1991.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao Lar, A utopia da Cidade Disciplinar Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSADO NUNES, Maria José. De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, Albertina et. al. (Org.). *Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

VANNUCCHI, Aldo. *Dom Aguirre: vida e obra*. Sorocaba: Eduniso, 2013.